

## ACOMPANHE NESTA CESSÃO

Resenha do livro “**Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna**”.  
Autor: SANTOS, Boaventura de Souza. São Paulo: Cortez, 1997.

Neste livro, o autor procura elaborar uma reflexão organizada sobre a transição entre paradigmas *societais*, ou seja, produzir uma reflexão sobre os diferentes modos básicos de viver a vida em sociedade. Embora ele admita que o trabalho ainda está em andamento, afirma entender que o ponto a que já chegou em determinadas questões justifica por à luz suas “perplexidades”.

Boaventura Santos desenvolve a sua reflexão em um quadro que identifica como de “crise” do Projeto Cultural da Modernidade. Projeto cujo marco histórico localiza no advento da *revolução copernicana*<sup>1</sup> que inaugura o séc XVI. Identifica que tanto no aspecto epistemológico (de forma mais evidente e consolidado) como no aspecto *societal* (menos evidente) é possível, e necessário, desenvolver um pensamento crítico a respeito desta “crise” que ele considera mais como uma *transição*.

O texto produzido com tal propósito apresenta-se composto por três partes, as quais são assim referidas: primeira parte, os *Referenciais*; segunda parte, *As Condições de Inteligibilidade e Cidadania*; terceira parte, *Emancipação e Utopia*.

A primeira parte, *Referenciais*, está composta por dois capítulos onde o autor faz uma reflexão sobre algumas das referências teóricas que têm pautado a investigação que realiza. Formula, ali, algumas das suas “perplexidades analíticas” perante as transformações sociais no final do séc. XX e anuncia os caminhos através dos quais tais perplexidades podem traduzir-se em motivos de criatividade sociológica. Procede também, nesta primeira parte, a uma análise do marxismo, enquanto tradição teórica da sociologia, com o objetivo de distinguir as áreas ou dimensões em que o mesmo continua atual, daquelas em que se encontra desatualizado e deve, por isso, ser “profundamente revisto, se não mesmo abandonado”.

Na segunda parte, intitulada “*As condições de inteligibilidade*”, o autor centra-se na análise de alguns dos aspectos da crise da Modernidade enquanto *paradigma societal*,

---

<sup>1</sup> . Refere-se aqui às conclusões do trabalho que sintetiza 26 anos de observações do movimento dos corpos celestes, anotações estas realizadas pelo monge Nicolau Copérnico, a partir das quais lança a tese de que, contrariamente ao que preconizava Ptolomeu, os corpos celestes movimentavam-se em órbitas elípticas em torno do Sol (e não em órbitas circulares em torno da Terra).

procurando localizá-la em um quadro teórico suficientemente amplo que seja capaz de incluir situações e países bastante diferenciados.

Neste espaço das “condições de inteligibilidade” Boaventura Santos organiza o debate em quatro capítulos: *capítulo 3*, onde apresenta 11 teses sobre a situação de Portugal; o *capítulo 4*, intitulado “ O social e o político na transição pós-moderna” , onde é profundamente examinada a relação entre as expectativas geradas pelo advento do Projeto Cultural da Modernidade e a história das frustrações ocorridas no processo real de constituição dos países centrais na Europa Ocidental. Busca examinar as conseqüências sociais e políticas destas frustrações e a emergência de uma reação à racionalidade “irracional” imposta pelo advento do capitalismo. A esta reação o autor chama “pós-modernidade”, termo cuja ambigüidade reconhece, mas que considera adequado à condição complexa e contraditória em que vivemos contemporaneamente: por um lado o *superávit* de certas realizações celebradas em extremo, como é o caso dos sucessos na área das ciências naturais. Por outro lado o *déficit*, desprezado como se fora um mero desvio e não uma conseqüência atrelada à própria lógica que gerou o *superávit*. O autor aponta a necessidade de construir-se uma resistência a este tipo de lógica.

No capítulo 5 intitulado “*O Estado e os modos de produção do poder social*” Boaventura Santos chama ao debate a distinção entre *Estado* e *Sociedade Civil*, suas raízes contraditórias, as funções latentes em tal distinção e a necessidade de se apontar alternativas conceituais que superem a proposta hegemônica da sociedade capitalista moderna.

Completa esta segunda parte do livro o capítulo 6, intitulado “ *Modernidade Identidade e a cultura de fronteira*”. Neste capítulo o autor destrincha teoricamente a questão das identidades de raiz sexual, étnica e cultural, procurando mostrar como o processo histórico da modernidade buscou suprimi-las, sem, contudo, alcançar êxito nessa empreitada. Para referendar seus argumentos a esse respeito, o autor toma como base as contestações românticas e as contestações marxistas.

Na terceira e última parte do livro, Boaventura Santos procura articular *análise* com *prospectiva*, passado e presente, com futuro. Neste sentido constrói, no sétimo capítulo, uma resenha dos estudos sociológicos sobre a administração da justiça e identifica as contribuições possíveis desses estudos para definição de uma nova política judiciária que

esteja atenta ao imperativo de democratização da justiça e do acesso ao direito. Em uma perspectiva crítica, examina, no oitavo capítulo, a posição da Universidade nas sociedades contemporâneas, a partir do que ele propõe uma solução radical às dificuldades que a instituição universitária vem sofrendo face à rigidez funcional e organizacional que possui: propõe a passagem da “idéia da universidade” à “ universidade de idéias”. Formula para esta passagem um conjunto de teses e disposições transitórias que vale a pena conferir.

No capítulo 9 o autor retorna ao debate a respeito do excesso de regulação ( já iniciado nos cap. 4 e 6) e o conseqüente déficit de emancipação em que se transformou o *paradigma da modernidade*, as formas como foram truncadas as diferentes articulações, entre subjetividade e cidadania que acabaram deixando as sociedades capitalistas contemporâneas à beira de um bloqueio global das alternativas emancipatórias. Nasce desta constatação o apelo do autor à formulação de uma nova teoria da democracia e da emancipação social.

No décimo capítulo procura dar curso ao esclarecimento da necessidade de ultrapassar o bloqueio das alternativas de emancipação, necessidade essa que se vê reforçada quando se defronta com os problemas globais do fim do século XX, problemas como o da fome, da guerra, da explosão demográfica, das assimetrias entre países ricos e países pobres e a degradação ambiental à escala planetária. O autor considera que o bloqueio modernista das alternativas de emancipação só possa ser ultrapassado, neste momento, por via do pensamento utópico, o qual considera uma das tradições suprimidas pela modernidade que é urgente recuperar.

Considerarei como importante para melhor compreensão do conteúdo do livro, destacar, ainda que muito sinteticamente, os aspectos relativos aos desafios à “imaginação sociológica” e às “perplexidades”, conforme explicita Boaventura Santos no corpo da presente obra.

## **Os desafios à “Imaginação Sociológica”**

### **1. O contexto sócio-histórico da crise (1980)**

Entre os anos oitenta e noventa, assistimos ao aprofundamento da crise do estado, à crise do conceito de “Providência” nos países centrais, ao agravamento dos problemas sociais e da

exclusão (3ª mundialização do 1º mundo), ao crescimento brutal da dívida externa nos países periféricos e a redução da ajuda externa que acaba levando estes países à beira do colapso. Passamos também pela ampliação da assimetria Norte/Sul entre os países, situação festejada ou tolerada por alguns como “normal”, necessária ao amadurecimento de uma economia verdadeira (Neoliberal) e condenada por outros, como uma desordem selvagem que necessita ser substituída por uma nova ordem econômica internacional.

No aspecto da participação social e política dos cidadãos e dos grupos, os movimentos sociais, a década de oitenta assistiu a uma movimentação até certo ponto surpreendente, no sentido positivo. Assistimos à queda do apartheid, à derrota do comunismo autoritário, ao fim do conflito Leste/Oeste e ao abrandamento, momentâneo, da ameaça nuclear.

## **2. Entre a “ auto-teoria” e a “ auto-realidade”**

A rapidez e a intensidade com que tudo tem acontecido torna, por um lado, a realidade hiper-real e, por outro, a banaliza, aparecendo como uma realidade incapaz de nos surpreender ou empolgar e que, portanto, parece fácil teorizar sobre ela. Tão fácil que chegamos a crer que a teoria é a realidade com outro nome, ou seja, que a teoria se auto-realiza.

O fim do conflito Leste/Oeste, que trouxe consigo o fim dos dogmas teórico-políticos, conseguiu criar uma oportunidade ímpar de criatividade teórica para a transgressão epistemológica e metodológica, há, portanto, que não se desperdiçar tal oportunidade. Não desperdiçar tal oportunidade significa ter em relação ao poder uma postura que seja distinta do “distanciamento crítico” ao mesmo tempo em que é, também, distinta do “comportamento orgânico”, nem guiar e nem servir.

Ao invés da “distância crítica”, “*proximidade crítica*” (fazer tudo sem perder a autonomia de pensar criticamente); ao invés do “compromisso orgânico”, o “*envolvimento livre*”, ou seja, não perder a capacidade de revolta e de espanto.

## **As perplexidades e desafios**

1. No quadro da centralidade do econômico no quadro das crises “nacionais” e “mundiais”, contrastada com secundarização do econômico na análise sociológica das questões sociais e políticas, tem acontecido a desvalorização do econômico em função da valorização do político, do cultural e do simbólico. Neste mesmo quadro tem ocorrido também a desvalorização dos modos de produção em função dos modos de vida, pode-se mesmo dizer que a crítica que tem vindo a ser feita ao marxismo assenta-se, em parte, na desvalorização do econômico como fator analítico das questões sociais. *Será esta contradição aparente ou real? Será que está a se fazer necessária uma reconstrução radical da teoria que supere os fatores e conceitos constituídos e herdados do séc XIX? Se assim for, como realizar esta reconstrução teórica radical?*
2. Vivemos hoje a transnacionalização das pessoas, das informações, dos hábitos e da economia em contraste com a centralização regulatória dos Estados nacionais. *Será então o estado nacional uma unidade de análise em vias de extinção ou vivemos, pelo contrário, um processo mais central do que nunca, ainda que sob a forma ordilosa da descentralização do Estado Nacional?*
3. A revalorização das práticas e dos processos e dos indivíduos que os protagonizam em contraste com uma *publicização* da vida privada e uma “liberdade de escolha” extremamente presa /derivada de escolhas feitas antes de mim (micro em detrimento do macro, fenomenologia, análise das trajetórias de vida, etc.). *Como fazer vingar a preocupação tradicional da sociologia com a participação e a criatividade sociais numa situação em que toda a espontaneidade de um momento se transforma em artefato mediático ou mercantil de si mesma no momento seguinte?*